
PROPOSTA DE REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE DOCENTES DO ISCTE-IUL

Documento de trabalho

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento é aplicável a todos os docentes do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, independentemente da natureza jurídica pública ou privada do respetivo vínculo contratual.
2. Sem prejuízo da respetiva monitorização anualizada, a avaliação trienal do desempenho dos docentes contratados a termo, apenas se realiza se se tiver verificado continuidade do vínculo contratual nesse período.

Artigo 2.º

Princípios gerais

1. O regime de avaliação do desempenho estabelecido no presente Regulamento subordina-se aos princípios constantes do n.º 2, do artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docentes Universitária (ECDU), na redação do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e da Lei nº8/2010, de 13 de maio.
2. Constituem ainda princípios do regime de avaliação de desempenho:
 - a) Universalidade, considerando todos os docentes de todas as unidades orgânicas do ISCTE-IUL;
 - b) Obrigatoriedade, fixando a avaliação de todos os docentes do ISCTE-IUL, dentro dos prazos previstos, e garantindo o envolvimento ativo de todos os intervenientes no processo de avaliação;
 - c) Transparência, garantindo que o processo de avaliação é claro em todas as suas fases e transparente para todos os seus intervenientes;
 - d) Divulgação, assegurando que todas as normas reguladoras do processo de avaliação são divulgadas a todos os intervenientes no processo;
 - e) Imparcialidade, assegurando a equidade e a isenção dos critérios usados no processo de avaliação.
3. A avaliação de desempenho tem em consideração todas as vertentes da atividade dos docentes enunciadas no ECDU bem como outras que sejam consagradas em regulamentos internos, nomeadamente no Regulamento de Serviço dos Docentes do ISCTE-IUL.

Artigo 3.º

Efeitos da avaliação do desempenho

1. A avaliação do desempenho positiva é uma das condições que deve ser satisfeita para a:
 - a) Contratação por tempo indeterminado dos professores auxiliares;
 - b) Renovação dos contratos a termo certo dos docentes não integrados na carreira, tendo em atenção a sua especificidade.
2. A avaliação do desempenho tem ainda efeitos na alteração de posicionamento remuneratório na categoria do docente, nos termos do Artigo 74.º-C do ECDU.
3. A alteração do posicionamento remuneratório tem lugar nos termos estabelecidos no artigo 74º-C do ECDU, e está condicionada ao cumprimento, cumulativo das seguintes condições:
 - a) Obtenção de uma classificação mínima de dez pontos;
 - b) Cabimento no montante máximo dos encargos fixados para alteração de posicionamento remuneratório, previamente estabelecido por despacho do/a Reitor/a;
 - c) Condicionantes legais decorrentes do carácter público da Instituição.
4. É obrigatória a alteração do posicionamento remuneratório sempre que um docente, no processo de avaliação do desempenho, tenha obtido, durante um período de dois triénios consecutivos, a menção máxima.
5. As alterações do posicionamento remuneratório têm em conta o total de pontos acumulados desde a última alteração de posicionamento, nos termos do artº 156º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e restante legislação em vigor.
6. Em caso de avaliação do desempenho negativa em duas avaliações trienais consecutivas, é aplicável o regime geral fixado para os trabalhadores que exercem funções públicas.

Capítulo II

Sistema de avaliação

Artigo 4.º

Objeto e modo da avaliação

A avaliação tem como objeto o desempenho dos docentes quanto às funções gerais que estatutariamente lhes são cometidas e é efetuada através da avaliação das seguintes vertentes:

- a) Investigação;
- b) Ensino;
- c) Gestão universitária;
- d) Extensão universitária.

Artigo 5.º

Investigação

A vertente «*Investigação*» considera o desempenho de atividades de investigação científica, criação cultural e artística ou desenvolvimento tecnológico, nomeadamente através da produção científica, nas suas múltiplas vertentes, do reconhecimento da atividade científica e da coordenação de grupos de investigação e de projetos científicos.

Artigo 6.º

Ensino

A vertente «*Ensino*» considera o desempenho da atividade de docência de unidades curriculares, orientação de dissertações e projetos de mestrado e de teses de doutoramento, publicações pedagógicas, atividade relativa a acompanhamento de estágios, bem como outras iniciativas e eventos pedagógicos.

Artigo 7.º

Gestão Universitária

A vertente «*Gestão universitária*» considera o desempenho de cargos em órgãos da Instituição, atividades de coordenação e outras tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes, e que se incluam no âmbito da atividade de docente universitário.

Artigo 8.º

Extensão universitária

A vertente «*Extensão universitária*» considera o desempenho de atividades de extensão universitária, divulgação científica e valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente cursos não conferentes de grau, ações de formação/cursos de ensino à distância, publicações de divulgação geral, pedidos provisórios de patentes, registo de patentes, atividades

de consultoria/prestação de serviços especializados e atividades em outros serviços prestados à comunidade.

Artigo 9.º

Periodicidade

1. A avaliação do desempenho realiza-se em períodos trienais e reporta-se ao desempenho relativo aos três anos civis completos imediatamente anteriores àquele em que é efetuada, tendo por base objetivos anualizados.
2. O processo de avaliação do desempenho dos docentes decorre nos meses de janeiro a junho do ano imediatamente seguinte ao triénio em avaliação.
3. No caso de docente que constitua relação jurídica de emprego com o ISCTE-IUL no decurso de um triénio, a avaliação do desempenho reporta-se ao período efetivo de prestação de serviço nesse triénio sempre que o docente nele tenha prestado pelo menos dezoito meses de serviço efetivo, realizando-se conjuntamente com a avaliação do triénio seguinte nos casos em que o docente haja prestado menos de dezoito meses de serviço efetivo no triénio em avaliação.
4. No caso de docente que, por qualquer motivo, designadamente doença ou parentalidade, se tenha encontrado impedido de exercer as suas funções por período superior a dezoito meses do triénio em avaliação, aplica-se o disposto no número anterior, podendo, excecionalmente e mediante requerimento devidamente fundamentado, ser-lhe aplicável o regime consagrado no art.º 10º do presente Regulamento,
5. Nas situações referidas nos números 3 e 4 do presente artigo, os pontos obtidos pelo docente são corrigidos proporcionalmente ao triénio.
6. A proporcionalidade referida no número anterior é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \left(\frac{T}{N} \right) \cdot D$$
$$= \left(\frac{T}{N} \right) \cdot 675 \text{ pontos}$$

em que:

P = Número de pontos a considerar no triénio

T = Total de pontos obtidos no período considerado, inferior ou superior a um triénio

N = Número total de dias úteis de trabalho em que obteve os T pontos

D = Número de dias úteis de um triénio

Artigo 10.º

Regime da avaliação

1. A avaliação de desempenho é efetuada nos termos do presente Regulamento e de acordo com o regime definido nos seus Anexos.
2. Sem prejuízo dos regimes excecionais referidos no artigo 12.º, a avaliação do desempenho tem, por regra, natureza quantitativa, podendo ter natureza qualitativa.
3. A avaliação quantitativa baseia-se nos indicadores de desempenho constantes dos Anexos ao presente Regulamento.
4. Nos termos do artigo 26.º pode ser solicitada a avaliação qualitativa.
5. A avaliação qualitativa é realizada por Painéis de Avaliadores nos termos do artigo 17.º do presente Regulamento.

Artigo 11.º

Resultado da avaliação

1. O resultado da avaliação do desempenho do triénio é obtido de acordo com o método e critérios definidos no presente Regulamento e respetivos Anexos e é expresso numa classificação global com cinco níveis – Inadequado, Suficiente, Bom, Muito Bom e Excelente – sendo o nível “Inadequado” considerado avaliação negativa do desempenho e, os restantes, avaliação positiva.
2. Para os efeitos previstos no artigo 3º, o nível “Inadequado” corresponde a zero pontos, o nível “Suficiente” corresponde a um ponto, o nível “Bom” corresponde a dois pontos”, o nível “Muito Bom” corresponde a quatro pontos e o nível “Excelente” corresponde a seis pontos.

Artigo 12.º

Regimes excecionais de avaliação

1. Não são avaliados nos termos do artigo 10.º, no período de exercício de funções, os desempenhos delas decorrentes dos docentes que:
 - a) Exerçam funções previstas no artigo 73.º do ECDU, ou outras funções reconhecidas para o efeito pelo/a Reitor/a como de elevada relevância no âmbito do ISCTE-IUL excluindo os

- casos em que o docente mantém atividade letiva na instituição, situação em que se aplica o processo normal na respetiva proporção;
- b) Exerçam funções nos cargos de Reitor/a e Vice-Reitor/a;
 - c) Exerçam funções nos cargos de Presidente do Conselho Científico e Presidente do Conselho Pedagógico;
 - d) Exerçam funções em outros cargos de gestão universitária identificados no Anexo 4 deste regulamento;
 - e) Tenham beneficiado de licença sabática ou de equiparação a bolseiro no triénio em avaliação.
2. Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do número anterior, o período de funções nele referido engloba ainda, sendo caso disso, o tempo de dispensa especial de serviço docente previsto no artigo 77.º-A do ECDU.
3. No caso de o período de exercício das funções referidas nos números 1 e 2, ter duração inferior ao triénio em avaliação, aplica-se para efeitos de cálculo da pontuação, a fórmula constante no n.º 6 do art.º 9º.
4. Para fins do previsto no n.º 2 do artigo 74.º-B do ECDU, aos docentes abrangidos pela alínea b) do n.º 1 do presente artigo é atribuída a menção de Muito Bom.
5. Podem os docentes referidos no número anterior requerer, em alternativa, que lhes seja relevada a avaliação obtida no triénio imediatamente anterior, desde que devidamente homologada ou que sejam submetidos a um processo de avaliação qualitativa a realizar por um Painel de Avaliadores especificamente constituído para o efeito.
6. O Painel de Avaliadores referido no número anterior, designado pelo Conselho Coordenador de Avaliação de Desempenho dos Docentes é constituído por três ou cinco professores catedráticos que integrem o Conselho Científico ou o Conselho Geral.
7. Os docentes que ocupam os cargos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1 do presente artigo, a que correspondem as cargas horárias descritas nos Anexos do Regulamento do Serviço Docente, obtêm uma pontuação calculada conforme se descreve no Anexo 4 do presente regulamento.
8. A avaliação dos docentes que, no triénio em avaliação, beneficiem de uma licença sabática ou de uma equiparação a bolseiro é corrigida, adicionando, apenas na vertente “Ensino”, a média mensal correspondente ao período em causa da pontuação média por mês obtida nesta vertente, no último triénio avaliado.

Capítulo III

Intervenientes no processo de avaliação

Artigo 13.º

Intervenientes

Intervêm diretamente no processo de avaliação do desempenho:

- a) O Avaliado;
- b) O Diretor do Departamento;
- c) O Conselho Científico do ISCTE-IUL;
- d) O Painel de Avaliadores;
- e) O Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes;
- f) O/A Reitor/a.

Artigo 14.º

Avaliado

1. O docente tem direito à avaliação do seu desempenho, como elemento integrante do seu desenvolvimento profissional, devendo ser-lhe garantidos os meios e as condições necessárias ao desempenho das funções que estatutariamente lhe são cometidas e sobre as quais incide a avaliação do desempenho.
2. Cabe ao docente avaliado, autonomamente e por sua iniciativa, manter atualizados no sistema de informação do ISCTE-IUL os dados relevantes para a sua avaliação de desempenho referente ao período em avaliação, sendo igualmente responsável por preencher e lacrar os formulários nos períodos e prazos que os órgãos competentes tenham definido.
3. Caso se verifique que não foi dado cumprimento ao referido no número anterior, é o docente notificado pelo diretor do Departamento para, no prazo de cinco dias inserir a informação relevante, e lacrar a avaliação.
4. Salvaguardando-se eventual inoperância técnica no período em causa, a não introdução no sistema de informação, no prazo referido no número anterior, dos elementos relativos a cada um dos indicadores, significa a assunção, pelo avaliado, da ausência de atividade quanto a esse indicador, sendo a situação comunicada, pelo Diretor de Departamento, ao Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes (CCADD) para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º3 do art.º 18º.

5. Em casos devidamente fundamentados, pode o docente solicitar ao Presidente do CCADD que lhe seja permitida a inserção da informação em falta.

Artigo 15.º

Diretor de Departamento

Cabe ao Diretor de Departamento:

- a) Propor ao Conselho Científico, ouvida a Comissão Científica do Departamento, os membros dos Painéis de Avaliação para cada área científica, nos termos do artigo 17.º do presente Regulamento;
- b) Validar a informação de autoavaliação inserida pelos docentes;
- c) Proceder, sempre que necessário, às notificações referidas nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior;
- d) Integrar o Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes, podendo designar um representante;
- e) Enviar, anualmente, informação ao CCADD de aspetos relevantes do processo de avaliação no âmbito do respetivo Departamento, com vista à avaliação do processo de avaliação do desempenho prevista na alínea f) do n.º 3 do art.º 18º do presente Regulamento.

Artigo 16.º

Conselho Científico

- 1. Ao Conselho Científico compete propor orientações gerais, tendo em atenção a especificidade das áreas científicas, para a correta aplicação do sistema de avaliação, na observância do presente Regulamento e do estabelecido nos seus Anexos.
- 2. Cabe ao Conselho Científico:
 - a) Pronunciar-se sobre a não utilização de algum ou alguns dos indicadores de avaliação;
 - b) Deliberar sobre a proposta dos Diretores de Departamento relativas à composição dos Painéis de Avaliadores;
 - c) Validar as propostas de avaliação do desempenho dos docentes;
 - d) Apreciar as reclamações, interpostas em sede de audiência de interessados, das propostas de avaliação do desempenho dos docentes.

Artigo 17.º

Painel de Avaliadores

1. O Painel de Avaliadores é proposto pelo Diretor do Departamento, ouvida a respetiva Comissão Científica, e aprovado pelo Conselho Científico.
2. Os membros do Painel de Avaliadores só podem avaliar docentes de categoria inferior àquela a que pertencem, ou igual quando se trate de Professor Catedrático.
3. O Painel de Avaliadores é composto por três ou cinco professores de carreira, incluindo o Diretor de Departamento.
4. Caso o Diretor de Departamento não cumpra o estipulado no n.º 2 do presente artigo, deve ser substituído por um docente que o cumpra.
5. Salvo casos devidamente fundamentados, os membros do Painel de Avaliadores pertencem ao Departamento e área científica dos docentes a avaliar.
6. Compete ao Painel de Avaliadores realizar, sempre que tenha sido requerida, ou determinada pelo/a Reitor/a, a avaliação qualitativa do desempenho dos docentes, nos termos do Art.º 26º do presente Regulamento.
7. Em caso de ausência ou impedimento de alguns dos elementos do Painel de Avaliadores, deve proceder-se à respetiva substituição, nos moldes referidos no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 18.º

Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes

1. O Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes é composto pelo:
 - a) Presidente do Conselho Científico, que preside;
 - b) Presidente do Conselho Pedagógico;
 - c) Diretores das Escolas;
 - d) Diretores dos Departamentos.
2. O Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes, para assegurar com eficiência o cumprimento das suas competências, pode organizar -se em secções.
3. Ao Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes, compete:

- a) Validar a informação da autoavaliação dos diretores de Departamento;
 - b) Emitir diretrizes e orientações gerais para uma aplicação consistente do sistema de avaliação do desempenho no ISCTE -IUL, à luz dos princípios referidos no artigo 2.º do presente Regulamento;
 - c) Emitir parecer, a submeter a apreciação do/a Reitor/a, sobre os procedimentos a aplicar no início de cada período de avaliação;
 - d) Aprovar a composição do Painel de Avaliadores referido no n.º 5 do art.º 12.º do presente Regulamento
 - e) Emitir parecer sobre todas as reclamações e recursos apresentados perante o/a Reitor/a, ou perante quem tenha competência delegada para os decidir, podendo para o efeito, e se assim o entender, ouvir os Painéis de Avaliadores que tenham tido intervenção no processo avaliativo;
 - f) Monitorizar anualmente a concretização da avaliação do desempenho dos docentes, identificando situações de não inserção de informação no sistema, nomeadamente as que lhe forem reportadas nos termos do n.º 4 do art.º 14º, e dar conhecimento ao/à Reitor/a das situações detetadas;
 - g) Proceder à avaliação do processo de avaliação do desempenho no final de cada triénio;
 - h) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que o/a Reitor/a entenda levar a este Conselho, relacionados com a avaliação dos docentes do ISCTE -IUL.
4. Estando em causa o disposto na alínea d) do n.º 3 do presente artigo, o Diretor do Departamento a que pertença o reclamante ou recorrente, no caso de pertencer ao painel de avaliadores, está impedido de participar na deliberação conducente à emissão do referido parecer.
5. O reclamante ou recorrente pode solicitar, nos termos gerais de direito, a aplicação das regras de impedimento ou suspeição relativas aos membros do painel de avaliadores.

Artigo 19.º

Reitor/a

1. Compete ao/à Reitor/a:

- a) Definir o objetivo geral nos termos do disposto no art.º 22º do presente Regulamento;
- b) Garantir a adequação dos sistemas de gestão e avaliação do desempenho às realidades específicas de cada Departamento;

- c) Apreciar os pareceres emitidos do pelo Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes no âmbito das respetivas competências;
 - d) Homologar as avaliações bem como mandar repetir o processo nos termos do n.º 2 do artigo 29.º do presente Regulamento;
 - e) Decidir sobre reclamações e recursos que lhe sejam presentes.
2. O/A Reitor/a pode ouvir o Senado e o Conselho Universitário sempre que o considere necessário para o exercício das competências referidas no n.º 1 do presente artigo.

Capítulo IV

Processo da avaliação

Artigo 20.º

Procedimentos prévios

1. Até ao início do triénio a avaliar, o/a Reitor/a fixa o objetivo geral para o triénio.
2. Até 15 de novembro do último ano do triénio em avaliação, o Diretor do Departamento propõe ao Conselho Científico a composição dos Painéis de Avaliadores, caso se encontrem previstas avaliações qualitativas no respetivo Departamento.
3. Até 30 de novembro do último ano do triénio em avaliação, o Conselho Científico aprova a composição dos Painéis de Avaliadores.
4. Até 30 de novembro do último ano do triénio em avaliação, o Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes aprova a composição do Pannel de Avaliadores a que se refere o n.º 6 do art.º 12º.
5. Até 31 de dezembro do ano em avaliação, o avaliado solicita ao/à Reitor/a, com conhecimento ao respetivo diretor de departamento, que lhe sejam consideradas, para efeitos da avaliação de desempenho, atividades que não se encontram previstas no presente Regulamento nem no Regulamento de Serviço dos Docentes do ISCTE-IUL, fundamentando o pedido e justificando a necessidade e relevância dessas atividades.
6. Até 15 de janeiro do ano imediatamente seguinte o/a Reitor/a, ouvido o Diretor de Departamento, emite despacho sobre o pedido referido no número anterior e da decisão é dado conhecimento ao avaliado, ao diretor de Departamento e ao Presidente do CCADD.
7. Os prazos referidos no presente artigo podem ser ajustados pelo/a Reitor/a com base em fundamentação específica.

Artigo 21.º

Fases

O processo de avaliação dos docentes compreende as seguintes fases:

- a) Definição do objetivo geral para o triénio;
- b) Autoavaliação;
- c) Validação da autoavaliação;
- d) Avaliação;
- e) Validação da avaliação;
- f) Audiência de interessados;
- g) Homologação;
- h) Notificação da avaliação.

Artigo 22.º

Definição do objetivo geral

- 1. A definição do objetivo geral consiste na fixação de uma pontuação mínima a ser atingida no triénio por cada docente.
- 2. O objetivo geral é estabelecido pelo/a Reitor/a, até ao início de cada triénio, tendo em atenção os planos estratégicos e as linhas gerais de orientação aprovados pelo Conselho Geral, bem como o histórico do desempenho e da avaliação na instituição.
- 3. O objetivo geral pode refletir-se em objetivos específicos nas várias vertentes na percentagem acordada com cada docente, consoante o seu perfil, aquando da distribuição do serviço docente nos termos do Regulamento do Serviço Docente.
- 4. Para os docentes contratados a tempo parcial, o objetivo geral fixado tem em conta as vertentes de desempenho efetivamente abrangidas pelo seu contrato e a proporção do tempo de trabalho contratualizado.

Artigo 23.º

Autoavaliação

1. A autoavaliação tem como objetivo envolver o docente no processo de avaliação e concretiza-se do seguinte modo:
 - a) Inserção na ficha de avaliação, ou ferramenta informática, dos elementos que o docente considere relevantes tendo em conta os objetivos acordados para o triénio;
 - b) Quando requerida a avaliação qualitativa, por Painel de Avaliadores, o docente deve ainda indicar os elementos complementares da atividade desenvolvida em cada uma das vertentes que, do seu ponto de vista, considere mais relevantes.
2. A inserção dos elementos referidos na alínea a) do número anterior, bem como, quando aplicável, a indicação dos elementos constantes da alínea b) do mesmo número, são efetuadas, por cada docente, até 15 de fevereiro do ano imediatamente seguinte, sem prejuízo da sua obrigação em manter permanentemente atualizados os dados relevantes no sistema de informação de gestão do ISCTE-IUL.
3. Os docentes podem, dentro do prazo referido no número anterior, inscrever no espaço para o efeito disponibilizado no sistema de informação, os comentários e apreciações que considerem relevantes sobre o seu desempenho, e os fatores que o influenciaram.
4. O/A Reitor/a pode prorrogar, por despacho, os prazos fixados nos números anteriores.

Artigo 24.º

Validação da autoavaliação

1. O Diretor de Departamento procede, de 16 de fevereiro a 15 de março do ano imediatamente seguinte ao do termo do triénio em avaliação, à validação da informação inserida pelo avaliado e dá conhecimento formal dessa validação ao CCADD, notificando o avaliado.
2. O CCADD procede, de 16 de fevereiro a 15 de março do ano imediatamente seguinte ao do termo do triénio em avaliação, à validação da informação inserida pelos Diretores de Departamento e dá conhecimento formal dessa validação aos avaliados.
3. No caso de o Diretor de Departamento, ou o CCADD quando for o caso, considerar incorretos ou não relevantes alguns dos dados inseridos, deve assinalar os elementos em causa, fundamentando essa opinião.

Artigo 25.º

Avaliação

1. Após a validação da informação nos termos do artigo anterior, o CCADD aciona o processo de cálculo da pontuação intermédia total obtida por cada docente no triénio.
2. A pontuação referida no número anterior obtém-se pela adição dos pontos alcançados nas várias vertentes da atividade docente.
3. Depois de calculada a pontuação intermédia total de cada docente no triénio, o CCADD procede à respetiva classificação de acordo com os seguintes parâmetros:
 - a) Aos docentes com pontuação inferior a 95% do objetivo geral fixado é atribuída a classificação de “Inadequado”;
 - b) Aos docentes com pontuação igual ou superior a 95% e inferior a 130% do objetivo geral fixado é atribuída a classificação de “Suficiente”;
 - c) Aos docentes com pontuação igual ou superior 130% e inferior a 160% do objetivo geral fixado é atribuída a classificação de “Bom”;
 - d) Aos docentes com pontuação igual ou superior a 160% e inferior a 190% do objetivo geral fixado é atribuída a classificação de “Muito Bom”;
 - e) Aos docentes com pontuação igual ou superior a 190% do objetivo geral fixado é atribuída a classificação de “Excelente”.
4. Todos os avaliados devem ter contribuições de, pelo menos, 2 vertentes do desempenho (ensino, investigação, transferência de conhecimento, gestão universitária) sendo que a pontuação total obtida nas 3 vertentes com menor pontuação deve ser superior ou igual a 10% do objetivo geral para o triénio.
5. Caso o disposto no número anterior não seja observado, é deduzida à pontuação final a diferença entre 10% do objetivo geral para o triénio e a pontuação total alcançada nas 3 vertentes com menor pontuação.
6. O disposto no número 4 do presente artigo só se aplica aos docentes que tenham classificações acima de Suficiente.
7. Constituem exceções ao número 4 do presente artigo as situações devidamente formalizadas e autorizadas pelo/a Reitor/a, pelo período em que ocorram, designadamente ocupação de cargos de gestão e dedicação predominante à investigação, sendo a respetiva alteração especificada no despacho de autorização.

8. Depois de obtidas as classificações, o CCADD remete as mesmas ao Conselho Científico para validação.
9. Para os efeitos da avaliação de desempenho previsto na lei e na regulamentação aplicável apenas releva a classificação global final especificada nos artigos 3.º e 11.º deste regulamento, não sendo a pontuação intermédia nem o cálculo total dos pontos obtidos utilizável para seriar os docentes ou para quaisquer outros efeitos além da classificação global referida.

Artigo 26.º

Avaliação qualitativa

1. A avaliação qualitativa realiza-se mediante requerimento devidamente fundamentado do docente ou por determinação do/a Reitor/a.
2. O requerimento referido no número anterior é acompanhado de um relatório que evidencie explicitamente quais as vertentes em que o docente pretende ser avaliado qualitativamente bem como as justificações associadas a cada vertente, anexando-se todos os elementos que considere necessários.
3. O requerimento é submetido ao/à Reitor/a até 30 de junho do último ano do triénio sujeito a avaliação, devendo ser objeto de despacho e enviado ao CCADD até 30 de setembro do mesmo ano.
4. Após receção do requerimento:
 - a) Até 30 de abril do ano imediatamente seguinte ao do termo do triénio em avaliação, o CCADD remete ao Painel de Avaliadores a avaliação quantitativa detalhada, nas diferentes vertentes obtidas pelo docente a avaliar, o relatório bem como os restantes elementos referidos no n.º 2 do presente artigo;
 - b) Até 15 de maio do ano imediatamente seguinte ao do termo do triénio em avaliação, os Painéis de Avaliadores deliberam, de forma fundamentada, sobre os pedidos de avaliação qualitativa que lhes foram submetidos e remetem as respetivas propostas ao CCADD;
 - c) O CCADD toma conhecimento da proposta de avaliação qualitativa e remete-a ao Conselho Científico para validação.
5. Na avaliação qualitativa do desempenho dos docentes devem os Painéis de Avaliação ter em consideração:

- a) A atividade associada aos indicadores de desempenho definidos nos Anexos ao presente Regulamento;
 - b) A autoavaliação do docente efetuada nos termos do artigo 23.º deste Regulamento.
 - c) A inadequação da avaliação quantitativa às circunstâncias concretas.
6. O Painel de Avaliadores, em resultado da avaliação qualitativa do desempenho que efetuou, propõe a alteração ou não, da avaliação obtida por via quantitativa, estando esta alteração limitada a um nível.
7. A deliberação do Painel de Avaliadores deve constar de ata elaborada para o feito, integrando pareceres fundamentados de cada um dos membros do Painel de Avaliadores.
8. Nos casos em que o Painel disponha de evidência devidamente documentada sobre a inadequação da avaliação quantitativa às circunstâncias concretas em que se realizou o desempenho do requerente, em qualquer das suas vertentes, pode atribuir diretamente uma classificação a uma vertente ou à totalidade do desempenho.
9. A avaliação qualitativa pode ainda ser determinada pelo/a Reitor/a em casos de comprovado incumprimento reiterado dos procedimentos estabelecidos, designadamente no artigo 14.º do presente regulamento.
10. O CCADD deve manter um registo atualizado dos pedidos de avaliação qualitativa existentes, elaborado de forma a permitir facilmente a verificação das decisões efetuadas, sendo o registo constituído por: data do pedido, triénio a que diz respeito, vertentes a analisar, síntese da fundamentação, proposta da avaliação qualitativa do desempenho efetuada pelo Painel de Avaliadores e deliberação do CCADD.

Artigo 27.º

Validação da avaliação

As classificações obtidas nos termos do disposto nos artigos 25º e 26º são validadas pelo Conselho Científico, e remetidas aos Diretores de Departamento a quem cabe providenciar a notificação dos avaliados em sede de audiência dos interessados.

Artigo 28.º

Audiência de interessados

1. O docente dispõe de 10 dias, após a data da notificação, para se pronunciar, querendo, sobre a classificação que lhe foi comunicada nos termos do artigo anterior.
2. Após o decurso daquele prazo, e caso ocorra reclamação, cabe ao Conselho Científico, no prazo máximo de 20 dias, apreciar as razões invocadas pelo docente e formular proposta final de avaliação de desempenho que remete ao/à Reitor/a para efeitos de homologação.
3. Sempre que entenda necessário, o Conselho Científico pode ouvir o CCADD e/ou o Painel de Avaliadores, quando este tenha intervindo na avaliação.

Artigo 29.º

Homologação e notificação da avaliação

1. O/A Reitor/a deve proferir decisão (homologação) no prazo de 15 dias após a receção das avaliações.
2. Quando o/a Reitor/a, fundamentadamente, não homologar as avaliações atribuídas, manda repetir o processo a partir do momento em que se verificou a situação determinante da não homologação.
3. Após homologação, as avaliações são remetidas aos serviços competentes que procedem à notificação dos interessados.

Artigo 30.º

Delegação

O/A Reitor/a pode delegar no Presidente do Conselho Científico, sem poder de subdelegação, todas as funções e poderes que lhe são atribuídos neste Regulamento, com exceção da homologação dos resultados.

Capítulo V

Reclamações e recursos

Artigo 31.º

Garantias

1. O docente dispõe do direito de se pronunciar em sede de audiência de interessados, nos termos do artigo 28.º do presente Regulamento.
2. O docente pode, igualmente, impugnar a homologação da sua avaliação através de:
 - a) Reclamação administrativa, para o autor, do ato de homologação da avaliação;
 - b) Impugnação judicial, nos termos gerais de direito.

Artigo 32.º

Reclamação

1. Comunicado que seja o ato de homologação da avaliação nos termos do nº 3 do artigo 29º, o docente dispõe de 15 dias para reclamar, devendo a decisão sobre essa reclamação ser proferida no prazo de 30 dias após a receção do parecer referido no número seguinte.
2. A decisão sobre a reclamação deve ser fundamentada e precedida de parecer do Conselho Científico, o qual dispõe de 20 dias para o efeito.
3. Para os efeitos referidos no número anterior, o Conselho Científico pode ouvir o CCADD, os membros do Painel de Avaliadores e/ou o Diretor de Departamento.

Capítulo VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 33.º

Revisão do Regulamento

1. O Regulamento pode ser revisto:
 - a) No final de cada triénio de avaliação;

b) Em qualquer momento, por iniciativa do/a Reitor/a, ouvido o Conselho Científico do ISCTE-IUL.

Artigo 34.º

Sistema informático da avaliação

Os procedimentos da avaliação bem como os atos a ele inerentes são desmaterializados, sendo praticados em aplicação informática no quadro do sistema de informação de gestão do ISCTE-IUL e dos eventuais subsistemas associados.

Artigo 35.º

Contagem de prazos

1. Todos os prazos previstos no presente Regulamento, relativos ao processo de avaliação, referem-se a dias úteis e, portanto, não correm em sábados, domingos, feriados, municipais ou nacionais.
2. Os prazos referidos no presente Regulamento para a prática de atos, apresentação de reclamação ou de recurso pelos docentes, começa a contar no dia útil imediatamente seguinte à notificação do docente.

Artigo 36.º

Notificações

Todas as notificações relativas ao processo de avaliação devem ser realizadas nos termos previstos no Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 37.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento n.º 435/2014, (Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes do ISCTE-IUL), publicado no Diário *da República*, 2.ª Série n.º 196, de 10 de outubro.

Artigo 38.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2020.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES DO ISCTE-IUL

ANEXO 1. PONDERADORES

Consideram-se diversos critérios em cada uma das vertentes do serviço docente aos quais se atribui uma pontuação de base. Esses critérios podem ser qualificados com algum ou alguns dos ponderadores ou majoradores que seguidamente se definem.

Ponderação/majoração:

I - Ponderador relativo à internacionalização da atividade: evento internacional = 3; nacional = 1.

L – Ponderador relativo à língua: português = 1; em língua inglesa = 2; outras línguas = 1,5.

OD - Pontuação base relativa à orientação de tese do 3º ciclo concluída:

	Proposta
Entregue no prazo regulamentar	10
Entregue fora do prazo regulamentar	6
Não entregue	0

OM- Pontuação base relativa à orientação de dissertação ou de projeto do 2º ciclo:

	Proposta
Defendida no prazo regulamentar	4
Defendida fora do prazo regulamentar	2
Não defendida	0

P - Ponderador relativo ao cumprimento de prazos, segundo controlo do sistema de informação e/ou dos serviços técnicos, (**P**): *cumpre o prazo fixado pelos órgãos competentes = 1; não cumpre o prazo até oito dias= 0,5; não cumpre o prazo em mais de oito dias = 0.*

Q – Ponderador relativo ao quartil da revista à data da publicação. O quartil corresponde ao melhor valor nas diferentes categorias e bases de dados (WoS/ISI e/ou Scopus) na qual a revista é indexada:

1º quartil (Q1)	8
2º quartil (Q2)	6
3º quartil (Q3)	4
4º quartil (Q4)	2

R - Pontuação a definir caso a caso pelo/a Reitor/a.

ANEXO 2. ENSINO

A vertente «*Ensino*» considera o desempenho da atividade de docência de unidades curriculares, orientação de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, publicações pedagógicas, atividade relativa a acompanhamento de estágios, bem como outras iniciativas e eventos pedagógicos. Esta vertente é avaliada de acordo com os indicadores, métricas e ponderadores que se apresentam nas tabelas 2.1. e 2.2

A pontuação base correspondente a cada um dos indicadores do Desempenho Letivo está indexada ao objetivo anual.

Para um objetivo anualizado fixado em 135 pontos a tabela 2.1 assume os seguintes valores, sendo que, para um objetivo de valor superior ou inferior é feita a respetiva proporção:

Tabela 2.1. Indicadores, métricas e ponderadores a avaliar na vertente “Ensino”

	% (PB / objetivo anual)	Pontuação Base (PB)	Coef.Pond. (CP)
1. DESEMPENHO LETIVO			
A. GESTÃO DA UC (1)			
1. Disponibilização da FUC atualizada no prazo fixado	0,0296	4	Sim
2. Disponibilização do plano de aulas de cada UC no prazo fixado	0,0148	2	Sim
3. Disponibilização dos Sumários no prazo fixado	0,0296	4	Sim
4. Disponibilização dos RUC no prazo fixado	0,0074	1	Não
B. LECIONAÇÃO (1)			
5.Assiduidade do docente (nº de aulas dadas HC _{dadas} / nº de aulas previstas HC _{previstas})			
5.1. Licenciaturas	0,0963	13	Sim
5.2. Mestrados	0,1481	20	Sim
5.3. Doutoramentos	0,2074	28	Sim
6. Lecionação em língua não nativa (validado pelo Diretor de Departamento)	0,0444	6	Não
C. AVALIAÇÃO e COORDENAÇÃO de EQUIPAS			
7. Avaliação e lançamento das classificações no Sistema no prazo fixado (por cada aluno avaliado)			
7.1. Licenciaturas	0,0019	0,25	Não
7.2. Mestrados	0,0037	0,50	Não
7.3. Doutoramentos	0,0074	1	Não
8. Coordenação de UC em equipa com 2 ou mais docentes	0,0148	2	Não

Tabela 2.2. Indicadores, métricas e ponderadores nas restantes componentes da vertente “Ensino”

	Pontuação Base	Ponderadores
2. ORIENTAÇÕES		
a. Estágios de 1º ciclo	1	L
b. Estágios de 2º ciclo	2	L
c. Dissertação/projeto de mestrado (2)	OM	L
d. Teses de 3º ciclo em curso com avaliação anual (2)	6	L
e. Teses de 3º ciclo	OD	L
f. Orientação de pós-doc	0,5	L
3. MATERIAIS PEDAGÓGICOS		
a. Livro / manual correspondente a temas lecionados em UCs do ISCTE-IUL	6	L
b. Disponibilização, na plataforma de e-learning do ISCTE-IUL, de materiais didáticos e pedagógicos (3)	1	L
c. Produtos inovadores em multimédia (validados pelo Diretor do Departamento ouvida a respetiva Comissão Científica)	2	L
d. Elaboração e publicação de caso/problema (validados pelo Diretor do Departamento ouvida a respetiva Comissão Científica)	2	L
e. Produção de outros materiais inovadores validados pelo Diretor do Departamento ouvida a respetiva Comissão Científica e a homologar pelo/a Reitor/a	2	LR
4. PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS		
a. Provas de agregação – arguente	6	—
b. Provas de doutoramento – arguente	4	I
c. Provas de Doutoramento e agregação – membro sem arguência	1	I
d. Provas de mestrado – presidente	0,5	—
e. Provas de mestrado – arguente	1,5	—
5. Outras atividades (4)		
a. Organização e coordenação de cursos livres, escolas de verão, etc., validados pelo Conselho Científico	4	I
b. Coordenação de cursos de pós-graduação e mestrado com <i>overheads</i> : por €1000 de resultados líquidos para o ISCTE-IUL	4	—

1 – As pontuações dos indicadores relativos às subsecções A. e B. da secção 1 que contribuem para o cálculo do Desempenho Letivo (DL) são ajustados em função do coeficiente de ponderação (CP). O coeficiente de ponderação é calculado tomando como base uma UC padrão de 36 horas diurnas não lecionadas pela primeira vez, de acordo com o Regulamento do Serviço dos Docentes do ISCTE-IUL. O coeficiente de ponderação CP é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CP = RU \times (0,5 + FR)$$

Em que:

RU é o rácio entre as horas de contato da UC em causa e as horas da UC padrão, $RU = (H_{UC} / H_{UC_PADRÃO})$.

FR é o fator de repetibilidade que pode ser 1, quando a UC é dada pela primeira vez ou 0,5 nos outros casos (Anexo 1 do Regulamento de Serviço Docente em vigor).

O desempenho letivo DL numa UC corresponde à soma dos oito indicadores ajustados pelo coeficiente de ponderação, mais a pontuação relativa à avaliação dos alunos e à coordenação de equipas:

$$DL = CP \times [PB_1 + PB_2 + PB_3 + RC \times (PB_{5.1} + PB_{5.2} + PB_{5.3})] + PB_4 + PB_6 + PB_{7.1} + PB_{7.2} + PB_{7.3} + PB_8$$

Em que:

RC é o rácio entre as horas de contato dadas e as previstas, $RC = (H_{C_{dadas}} / H_{C_{previstas}})$, cujo valor não pode exceder a unidade.

No caso de estarem envolvidos dois ou mais docentes, os pontos referentes à avaliação da totalidade dos alunos são distribuídos por todos os docentes na proporção das suas horas de contacto coletivo.

2 – Pontuação a atribuir por cada estudante e por cada ano durante o prazo regulamentar. Nos casos de cossupervisão por dois ou mais docentes com vínculo contratual com o ISCTE-IUL, a pontuação base é dividida por todos.

3 – Não se consideram cópias de acetatos/slides.

4 – Nas situações não previstas ou em que não seja aplicável ou mensurável, por razões alheias ao docente, o definido na tabela 1 deste Anexo, a pontuação será fixada pelo/a Reitor/a.

ANEXO 3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A vertente «*Extensão Universitária*» considera o desempenho de atividades de extensão universitária, difusão e valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente ações de formação/cursos de pós-graduação, ensino à distância, publicações de divulgação geral, pedidos provisórios de patentes, registo de patentes, atividades de consultoria/prestação de serviços especializados e atividades em outros serviços prestados à comunidade. Para que as atividades inseridas nesta vertente sejam consideradas no processo de avaliação, os seus agentes têm de ser claramente referenciados como membros do ISCTE-IUL.

Esta vertente é avaliada de acordo com os indicadores, métricas e ponderadores que se apresentam na tabela 1 deste Anexo.

Nos casos não previstos ou em que não seja aplicável o definido na tabela 1 deste Anexo, a pontuação a atribuir será acordada com o/a Reitor/a em função do desempenho do docente na atividade considerada.

Tabela 3.1. Indicadores, métricas e ponderadores a avaliar na vertente “Extensão Universitária”

	Pontuação base	Ponderadores
1. DIFUSÃO DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE		
a. Coordenação de evento de difusão do conhecimento	2	I
b. Membro de comissão organizadora de evento de difusão do conhecimento	1	I
c. Comunicação/Conferência em encontros públicos de difusão para a sociedade	2	I
d. Publicações de difusão geral para a sociedade (periódicos generalistas, jornais, etc)	2	I
e. Publicação de projeto (arquitetura...) em edições de referência com avaliação	4	--
f. Participação em atividades de normalização internacional, revisão de projetos europeus e similares	3	--
2. PRODUTOS		
a. Patentes, fórmulas, modelos, instrumentos, protótipos, projetos e obras de arte. 1) submissão nacional 2) submissão internacional	10+R 70+R	I
b. Royalties: Cada 1 000 € de resultados líquidos para o ISCTE-IUL	4	—
c. Prestação de serviços: Cada 1 000 € de resultados líquidos para o ISCTE-IUL	4	—
3. OUTROS		
a. Participação como presidente em júri de concurso para recrutamento e seleção de recursos humanos em instituições públicas (cada concurso)	2	L
b. Participação como vogal em júri de concurso para recrutamento e seleção de recursos humanos em instituições públicas (cada concurso)	3	L
c. Aspetos não previstos mas oportunamente objeto de decisão por parte do/a Reitor/a (R) e do Conselho Científico (CC)	R+CC	—

d. Atividades ou acontecimentos não previstos mas considerados relevantes pelo Diretor do Departamento (DD), com validação pelo Conselho Coordenador de Avaliação de Desempenho dos Docentes (CCADD) e homologação pelo/a Reitor/a (R)	DD+CCADD+R	—
e. Participação em painéis de avaliadores no âmbito da Avaliação de Desempenho (Artigo 17º) – por cada painel	1	—
f. Participação em painéis de avaliação institucional (por cada avaliação)	0,5	—

ANEXO 4. GESTÃO UNIVERSITÁRIA

A vertente «*Gestão universitária*» considera o desempenho de cargos de órgãos da Instituição, atividades de coordenação e outras em tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes, e que se incluam no âmbito da atividade de docente universitário.

1. O desempenho dos docentes que exercem qualquer dos cargos ou funções constantes do Anexo do Regulamento do Serviço Docente, ou atividades equivalentes determinadas em despacho pelo/a Reitor/a, para efeitos da avaliação objeto deste Regulamento, é avaliado conforme se estabelece nos pontos seguintes.

2. Os docentes que ocupam os cargos de Presidente do Conselho Científico e Presidente do Conselho Pedagógico obtêm uma pontuação na vertente de gestão correspondente a 1,60 do objetivo geral anual.

3. Os docentes que ocupam cargos de gestão universitária nas escolas, unidades de investigação ou equiparadas, a que correspondem as cargas horárias descritas nos Anexos do Regulamento do Serviço Docente, obtêm uma pontuação igual à média dos docentes/investigadores da respetiva Unidade.

- a) No caso dos diretores e subdiretores de escola a pontuação de referência é a relativa à vertente de ensino dos docentes de carreira com cinquenta por cento ou mais de atividade letiva na respetiva escola;
- b) No caso dos diretores e subdiretores de unidades de investigação a pontuação de referência é a relativa à vertente de investigação dos respetivos docentes/investigadores com vínculo ao ISCTE-IUL e integrados na Unidade de Investigação;

c) No caso dos responsáveis das entidades participadas a pontuação de referência é a relativa à vertente de transferência de conhecimento dos docentes/investigadores de carreira com vínculo ao ISCTE-IUL;

4. O cálculo da pontuação referido nos números anteriores é realizado na proporção (percentagem) da carga horária atribuída ao cargo ou função desempenhada, sendo essa pontuação adicionada à pontuação obtida, na respetiva vertente, nas atividades e resultados não decorrentes dos respetivos cargos ou funções.

5. Nos restantes órgãos de gestão e coordenação universitária, a pontuação para um dado cargo de gestão P_{cargo} obtém-se considerando o valor mais favorável calculado das duas seguintes formas:

(a) majorando em 30% a pontuação obtida nas restantes vertentes e no tempo em que foi obtida, de acordo com a seguinte expressão:

$$P_{\text{cargo}} = 1,30 \times (H_{\text{cargo}} \times P_{\text{outras_vertentes}}) / H_{\text{outras_vertentes}}$$

(b) Ou obtido através de uma pontuação direta indexada ao objetivo geral fixado para o triénio a que se aplica o ponderador 1,30, de acordo com a seguinte expressão:

$$P_{\text{cargo}} = 1,30 \times (H_{\text{cargo}} / H_{\text{trabalho_anual}}) \times \text{objetivo geral anual}$$

em que:

H_{cargo} = Horas atribuídas ao cargo em questão nos Anexos do Regulamento do Serviço Docente

$H_{\text{trabalho_anual}}$ = Horas de trabalho total anual para docentes = 1575 horas atualmente

$H_{\text{outras_vertentes}}$ = $H_{\text{trabalho_anual}} - H_{\text{cargo}}$

$P_{\text{outras_vertentes}}$ = Pontuação obtida pelo docente nas restantes vertentes, exceptuando a de gestão, no tempo correspondente a $H_{\text{outras_vertentes}}$

6. Nos casos em que pela natureza da atividade ou em que não seja aplicável o definido nos números anteriores, a pontuação a atribuir será acordada com o/a Reitor/a em função do desempenho do docente envolvido nessa atividade.

ANEXO 5. INVESTIGAÇÃO

A vertente «*Investigação*» considera o desempenho de atividades de investigação científica, criação cultural e artística ou desenvolvimento tecnológico, nomeadamente através da produção científica, nas suas múltiplas vertentes, do reconhecimento da atividade científica e da

coordenação de grupos de investigação e de projetos científicos. Para que as atividades inseridas nesta vertente sejam consideradas no processo de avaliação, os seus autores/agentes têm de ser claramente referenciados como membros do ISCTE-IUL.

Esta vertente é avaliada de acordo com os indicadores, métricas e ponderadores que se apresentam nas tabelas 5.1 a 5.3.

Nos casos em que pela natureza da atividade ou em que não seja aplicável o definido nas tabelas 5.1 a 5.3, a pontuação é atribuída pelo/a Reitor/a em função do desempenho do docente envolvido nessa atividade.

Tabela 5.1 Indicadores, métricas e ponderadores a utilizar nas publicações WoS/ISI ou Scopus

	Pontuação base (PB)	Ponderadores
1. PUBLICAÇÕES WoS/ISI ou SCOPUS (1)		
a. Artigos em revistas indexadas WoS ou SCOPUS	10	Q
b. Máximo do total de citações registadas no WoS/ISI ou SCOPUS: número total de citações dos artigos publicados ao longo do último ano do triénio e dos nove anos anteriores	2 por citação	–
c. Capítulo em Atas de conferência com avaliação científica indexadas WoS/SCOPUS (com ISBN) (equivalente a 3º quartil)	10	Q3

Quando houver vários autores, a pontuação base, ponderada quando for o caso, relativa às publicações e comunicações é atribuída a cada um dos autores, independentemente da ordem e da filiação, do seguinte modo: 100% da pontuação até 3 autores inclusive; 80% até 5 autores inclusive; 60% com 6 ou mais autores.

Tabela 5.2. Indicadores, métricas e ponderadores a utilizar pela participação em encontros, projetos de investigação e em edição

	Pontuação base	Ponderadores
1. PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS CIENTÍFICOS (COM COMISSÃO CIENTÍFICA)		
a. Comunicação oral (1)	2	L
b. Comunicação em Poster (1)	1	L
c. Conferencista (keynote speaker)	4	L
d. Comunicação em painel/mesa-redonda	2	L
e. Coordenação geral de encontro científico (com comissão científica) no ISCTE-IUL	4	I
f. Membro de comissão organizadora de encontro científico	2	I
2. PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO		
a. Responsável de projeto de investigação financiado: por cada €1000 de resultados líquidos para o ISCTE-IUL	4	–
b. Restantes membros da equipa de projeto de investigação financiado: por cada €1000 de resultados líquidos para o ISCTE-IUL	1	–
c. Membro da equipa proponente de projeto científico, mesmo que não financiado	3	I
d. Prémios científicos (artigos, comunicações, concursos...) atribuídos por entidades externas ao ISCTE-IUL	2	I
3. EDIÇÃO		
a. Editor de revista indexada WoS/Scopus/ABS (por cada 12 meses)	4	Q
b. Membro de equipa editorial de revista indexada WoS/Scopus/ABS (cada uma por cada 12 meses)	2	Q
c. Revisão de artigos para revista indexada WoS/Scopus/ABS	1	Q

1. Idem nota 1 da tabela 5.1

Tabela 5.3. Indicadores, métricas e ponderadores a utilizar em geral nas publicações por área científica

PUBLICAÇÕES (1)	DA	DAU	DC	DCP PP	DCTI	DE	DEP	DF	DH	DM	DMO GG	DM QGE	DMP S	DPS O	DRH CO	DS
a. Artigos em revistas ou atas de conferência não indexadas WoS ou SCOPUS com revisão científica	10	15	18	8	15	9	16	10	8	18	15	18	18	6	6	10
b. Autoria de livro com avaliação científica (com ISBN)	15	16	12	18	16	21	14	18	18	4	15	8	13	14	13	15
c. Autoria de livro sem avaliação científica (com ISBN)	5	5	7	10	0	5	4	10	6	2	8	6	5	6	8	6
d. Coordenação editorial de livro com avaliação científica (com ISBN) ou organização de número temático de revista com revisão científica	5	7	10	6	10	9	5	4	6	5	5	6	6	12	10	5
e. Coordenação editorial de livro sem avaliação científica (com ISBN)	3	1	4	4	0	2	1	0	2	0	2	0	3	2	2	3
f. Capítulo de livro com avaliação científica (com ISBN)	10	8	10	7	15	9	9	8	8	11	8	6	7	12	8	10
g. Capítulo de livro sem avaliação científica (com ISBN)	3	2	3	4	0	1	2	0	4	3	1	4	3	2	4	4
h. Editor de Atas de conferência com avaliação científica (com ISBN)	3	3	0	0,5	4	1	0	2	2	2	2	4	2	3	2	3
i. Entrada/verbo em Obras de referência (com ISBN)	2	1	0	0,5	0	0	0	0	2	0	0	0	0,5	1	1	0,5
j. Working paper com avaliação científica, com publicação <i>online</i> *	3	1	0	0,5	0	2	8	8	2	10	3	8	2	0,5	5	3
k. Autor de livro sem ISBN/ISSN	0	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
l. Recensão de obra em revista com avaliação científica	1	1	0	1	0	1	1	0	1	5	1	0	0,5	0,5	1	0,5

1. Idem nota 1 da tabela 5.1